

Relatório Anual 2019

Sicredi Alagoas - Cooperativa de Crédito

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Sicredi Alagoas - Cooperativa de Crédito
Maceió/AL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sicredi Alagoas - Cooperativa de Crédito (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicredi Alagoas - Cooperativa de Crédito em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Sicredi Alagoas - Cooperativa de Crédito, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Sicredi Alagoas - Cooperativa de Crédito
CNPJ/MF nº 41.180.092/0001-16

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	523.330	518.122	CIRCULANTE	169.468	156.942
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	11.492	9.706	DEPÓSITOS (NOTA 11)	125.830	117.930
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	12.864	-	Depósitos à Vista	97.449	88.594
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.864	-	Depósitos a Prazo	28.381	29.336
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	328.199	362.422	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	2
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	86	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	2
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	328.199	362.336	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	401	617
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	136.577	117.374	Recursos em Trânsito de Terceiros	401	617
Operações de Crédito	143.030	126.310	OUTRAS OBRIGAÇÕES	43.237	38.393
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.443)	(8.936)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	226	104
OUTROS CRÉDITOS	30.505	24.423	Sociais e Estatutárias	5.134	4.583
Rendas a Receber	1.767	1.815	Fiscais e Previdenciárias	603	1.915
Diversos (NOTA 06 e 07)	29.037	22.879	Diversas (NOTA 12)	37.274	31.791
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(299)	(271)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	3.693	4.197			
Outros Valores e Bens	4.194	4.695			
(Provisão para desvalorização)	(514)	(514)			
Despesas Antecipadas	13	16			
NÃO CIRCULANTE	340.031	248.376	NÃO CIRCULANTE	521.061	443.298
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	340.031	248.376	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	521.061	443.298
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	11.371	-	DEPÓSITOS (NOTA 11)	521.061	443.298
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.371	-	Depósitos a Prazo	521.061	443.298
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	291.861	220.668			
Operações de Crédito	299.374	232.590			
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.513)	(11.922)			
OUTROS CRÉDITOS	4	2			
Diversos (NOTA 06 e 07)	4	2			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	2	-			
Despesas Antecipadas	2	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	28.667	26.589	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	172.832	166.258
Outros Investimentos	28.667	26.589	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	130.731	134.787
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	8.123	1.109	De Domiciliados no País	200.406	198.747
Outras imobilizações de uso	13.323	5.646	(Capital a Realizar)	(69.675)	(63.960)
(depreciação acumulada)	(5.200)	(4.537)	RESERVAS DE SOBRAS	23.547	13.958
INTANGÍVEL (NOTA 10)	3	8	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	18.554	17.513
Outros Ativos Intangíveis	1.652	1.652	Resultado de Exercícios Anteriores	-	971
(Amortização acumulada)	(1.649)	(1.644)	Resultado do Exercício	18.554	16.542
TOTAL DO ATIVO	863.361	766.498	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	863.361	766.498

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Sicredi Alagoas - Cooperativa de Crédito
CNPJ/MF nº 41.180.092/0001-16

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo (Não auditado)	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	38.981	-	38.981	74.013	1	74.014	61.115	-	61.115
Operações de Crédito	38.833	-	38.833	73.865	1	73.866	61.115	-	61.115
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	148	-	148	148	-	148	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17.670)	(17)	(17.687)	(32.579)	(29)	(32.608)	(29.960)	(1)	(29.961)
Operações de Captação no Mercado	(13.878)	(17)	(13.895)	(27.894)	(29)	(27.923)	(23.232)	(1)	(23.233)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.792)	-	(3.792)	(4.685)	-	(4.685)	(6.728)	-	(6.728)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.311	(17)	21.294	41.434	(28)	41.406	31.155	(1)	31.154
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.253)	491	(3.762)	(6.555)	1.006	(5.549)	(3.458)	(539)	(3.997)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.156	1.533	2.689	2.104	2.794	4.898	1.092	1.191	2.283
Rendas de Tarifas Bancárias	1.002	-	1.002	2.183	-	2.183	2.144	-	2.144
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.376)	(292)	(9.668)	(18.075)	(513)	(18.588)	(15.156)	(222)	(15.378)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	(5.804)	(724)	(6.528)	(11.944)	(1.083)	(13.027)	(8.403)	(991)	(9.394)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(100)	(203)	(303)	(125)	(267)	(392)	(63)	(56)	(119)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	-	42	42
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	12.043	407	12.450	25.739	501	26.240	23.417	48	23.465
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(3.174)	(230)	(3.404)	(6.437)	(426)	(6.863)	(6.489)	(551)	(7.040)
RESULTADO OPERACIONAL	17.058	474	17.532	34.879	978	35.857	27.697	(540)	27.157
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	17	13	30	34	30	64	12	7	19
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	17.075	487	17.562	34.913	1.008	35.921	27.709	(533)	27.176
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	146	146	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	86	86	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	60	60	-	-	-	-	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(528)	-	(528)	(1.752)	-	(1.752)	(908)	(12)	(920)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	16.547	633	17.180	33.161	1.008	34.169	26.801	(545)	26.256
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.008	(1.008)	-	(545)	545	-
RESULTADO DE INCORPORAÇÃO	-	-	-	-	-	-	3.037	-	3.037
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	16.547	633	17.180	34.169	-	34.169	29.293	-	29.293
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.615)	-	(15.615)	(12.751)	-	(12.751)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.663)	-	(7.663)	(8.616)	-	(8.616)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.325)	-	(1.325)	(1.034)	-	(1.034)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.627)	-	(6.627)	(3.101)	-	(3.101)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	18.554	-	18.554	16.542	-	16.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Sicredi Alagoas - Cooperativa de Crédito

CNPJ/MF nº 41.180.092/0001-16

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	111.740	7.368	-	7.102	126.210
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(6.995)	(6.995)
Outras destinações	-	-	-	(107)	(107)
Saldo de Incorporação	33.455	3.489	-	4.008	40.952
Capital de associados					
Aumento de capital	35.404	-	-	-	35.404
Baixas de capital	(46.013)	-	-	-	(46.013)
Resultado do período	-	-	-	26.256	26.256
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.034)	(1.034)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.101	-	(3.101)	-
Juros sobre o Capital Próprio	201	-	-	(8.616)	(8.415)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	134.787	13.958	-	17.513	166.258
Mutações do Período	23.047	6.590	-	10.411	40.048
Saldos no início do período em 01/01/2019	134.787	13.958	-	17.513	166.258
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(15.568)	(15.568)
Destinações para reservas	-	1.308	1.654	(1.654)	1.308
Outras destinações	-	-	-	(142)	(142)
Fundo Social	-	-	-	(149)	(149)
Capital de associados					
Aumento de capital	23.769	-	-	-	23.769
Baixas de capital	(27.864)	-	-	-	(27.864)
Reversões de reservas	-	1.654	(1.654)	-	-
Resultado do período	-	-	-	34.169	34.169
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.325)	(1.325)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.627	-	(6.627)	-
Juros sobre o Capital Próprio	39	-	-	(7.663)	(7.624)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	130.731	23.547	-	18.554	172.832
Mutações do Período	(4.056)	9.589	-	1.041	6.574
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	131.998	13.958	1.654	16.989	164.599
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	1.308	-	-	1.308
Capital de associados					
Aumento de capital	8.541	-	-	-	8.541
Baixas de capital	(9.807)	-	-	-	(9.807)
Reversões de reservas	-	1.654	(1.654)	-	-
Resultado do período	-	-	-	17.180	17.180
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.325)	(1.325)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.627	-	(6.627)	-
Juros sobre o Capital Próprio	(1)	-	-	(7.663)	(7.664)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	130.731	23.547	-	18.554	172.832
Mutações do Período	(1.267)	9.589	(1.654)	1.565	8.233

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Sicredi Alagoas - Cooperativa de Crédito
CNPJ/MF nº 41.180.092/0001-16

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	11.103	26.484	26.047
Resultado do semestre/exercício	17.180	34.169	26.256
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(6.077)	(7.685)	(209)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(5.140)	(6.903)	3.573
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	121	29	167
Depreciação do imobilizado de uso	398	729	235
Amortização do intangível	1	5	42
Baixas do ativo permanente	3	15	-
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(121)	(249)	(3.180)
Destinações ao FATES	(1.325)	(1.325)	(1.034)
Dividendos SicrediPar	(14)	14	(12)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(4.766)	(22.729)	14.634
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(24.235)	(24.235)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	2.419	86	195
(Aumento) em operações de crédito	(28.679)	(83.494)	(89.159)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(3.121)	(2)	(312)
(Aumento) Redução em outros créditos	(10.154)	(6.126)	190
(Aumento) Redução em outros valores e bens	157	502	(2.399)
Aumento em depósitos	46.910	85.663	94.420
(Redução) em relações interdependências passivas	(27)	(216)	(771)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(125)	(433)	(467)
Aumento em outras obrigações	12.089	5.526	12.937
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	6.337	3.755	40.681
Aquisição de Investimentos	26	(2.078)	(2.312)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.570)	(7.758)	(220)
Aplicações no Intangível	42	-	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.502)	(9.836)	(2.532)
Integralização de capital	8.541	23.769	35.404
Destinações para reservas	1.308	1.308	-
Baixa de capital	(9.807)	(27.864)	(46.013)
Juros ao capital próprio	(7.664)	(7.624)	(8.415)
Distribuição de Sobras	-	(15.859)	(7.102)
Caixa e equivalentes de caixa oriundo de incorporação	-	-	69.194
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(7.622)	(26.270)	43.068
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(3.787)	(32.351)	81.217
Caixa e equivalente de caixa no início do período	343.478	372.042	290.825
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	339.691	339.691	372.042

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sicredi Alagoas - Cooperativa de Crédito ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 15/01/1993 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	11.492	9.706
Caixa	2.958	3.999
Depósitos bancários	8.534	5.707
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	328.199	362.336
Total	339.691	372.042

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.864	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	12.864	-
Total circulante	12.864	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.371	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	6.248	-
DI entre Banco e Cooperativas	5.123	-
Total não circulante	11.371	-

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	131.205	282.924	414.129	328.237
Financiamentos	11.815	16.450	28.265	30.663
Carteira total	143.020	299.374	442.394	358.900

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (ii)	20.288	4	20.292	9.353
Total	20.288	4	20.292	9.353

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	257	-	-	-
Nível A	0,50	281.346	248.762	1.407	1.244
Nível B	1,00	117.864	33.672	1.180	337
Nível C	3,00	28.144	40.806	844	1.224
Nível D	10,00	21.020	23.529	2.102	2.353
Nível E	30,00	4.348	3.528	1.304	1.058
Nível F	50,00	3.338	5.459	1.669	2.730
Nível G	70,00	2.066	1.047	1.446	733
Nível H	100,00	4.303	11.450	4.303	11.450
Total		462.686	368.253	14.255	21.129

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.634	43.220	62.319	200.582	307.755	237.526
Industrial	-	30	68	146	244	229
Comércio	387	7.764	12.647	42.059	62.857	60.988
Outros Serviços	109	11.734	23.396	56.590	91.829	69.510
Total	2.130	62.748	98.430	299.377	462.685	368.253

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	65.466	14,15	62.378	16,94
50 devedores seguintes	63.754	13,78	57.306	15,56
100 devedores seguintes	37.479	8,10	32.063	8,71
Demais	295.987	63,97	216.506	58,79
Total	462.686	100	368.253	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	21.129	14.913
Constituição de provisão	4.685	6.728
Movimentação de baixados para prejuízo	(11.559)	(512)
Saldo final	14.255	21.129

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.714 (2018 - R\$ 3.934), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 4.154 (2018 - R\$ 3.398).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	28	60
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	614	60
Adiantamentos por conta de imobilizações	651	5.053
Devedores por depósitos em garantia	5.381	5.306
Impostos e contribuições a compensar	197	86
Títulos e créditos a receber (ii)	20.288	9.351
Operações com cartões	272	382
Pendências a regularizar	25	2.285
Outros	1.581	296
Total Circulante	29.037	22.879

Títulos e créditos a receber (ii)	4	2
Total não circulante	4	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	4.194	4.695
Imóveis	4.194	4.695
Despesas antecipadas	13	16
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(514)	(514)
Total Circulante	3.693	4.197

Despesas antecipadas	2	-
Total não circulante	2	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 514 (2018 - R\$ 514) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	26.358	24.797
Sicredi Participações S.A.	2.297	1.780
Outras Participações e Investimentos	12	12
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Outras Ações e Cotas	-	2
Outros Investimentos	10	8
Total	28.667	26.589

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	708.852 ON	572.002 ON	2	2	26.357.814	24.796.321
	1.588.491 PN	1.208.300 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,22%	0,20%	1,24%	1,24%	16,30%	16,82%
Capital social	969.491	880.597	164	164	155.922	147.417
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	161.687	156.293
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	1.618	708
Valor do investimento	2.297	1.780	2	2	26.358	24.797

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	13.323	(5.200)	8.123	1.109
Imobilizações em curso	-	2.973	-	2.973	-
Instalações	10%	4.735	(1.659)	3.076	201
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.429	(1.408)	1.021	497
Sistema de comunicação	10%	73	(46)	27	8
Sistema de processamento de dados	20%	2.659	(1.787)	872	280
Sistema de segurança	10%	447	(293)	154	123
Sistema de transporte	20%	7	(7)	-	-

Intangível (i)	1.652	(1.649)	3	8
Outros ativos intangíveis	1.652	(1.649)	3	8
Total	14.975	(6.849)	8.126	1.117

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	97.449	-	-	97.449
Depósitos a prazo	14.675	13.706	521.061	549.442
Total	112.124	13.706	521.061	646.891

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	2	-
Provisão para pagamentos a efetuar	1.663	2.112
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 13)	10.886	11.135
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	8	12
Pendências a regularizar	517	1.859
Operações com cartões	20.212	10.120
Demais fornecedores	1.316	66
Credores diversos	2.670	6.487
Total circulante	37.274	31.791

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 13 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	1.029	5	(237)	797
Cível	24	-	(17)	7
Tributária	10.082	-	-	10.082
Total	11.135	5	(254)	10.886

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	796	1.029
Cível	Provável	7	24
Tributária	Provável	10.082	10.082
Total		10.885	11.135

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 80; R\$ 32 e R\$ 4.366 (2018 - R\$ 0, R\$ 0 e R\$ 0), respectivamente.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	130.731	134.787
Total de associados	18.686	17.213

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ (4.056) (2018 – R\$ 23.047), sendo R\$ 39 (2018 – R\$ 201) via integralização de resultados e R\$ 23.769 (2018 – R\$ 35.404), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 27.864 (2018 – R\$ 46.013).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5,88% em 100% em Conta Corrente, no montante de R\$ 7.663, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 25% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	34.169	26.256
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(10.251)	(8.402)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	(15)	-
Brindes e Doações	(4)	-
Receita com atos cooperativos	9.948	-
Juros sobre capital próprio	2.299	2.757
Lucros e dividendos	19	-
Outros	(1.995)	5.645
Subtotal	10.251	8.402
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	24.235	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	328.199	362.336
Outros Créditos - Rendas a receber	106	79
Investimentos (Nota 09)	28.657	26.579
Passivo		
Outras Obrigações - Diversas (Nota 12)	19.610	9.349
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	148	-
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	446	18
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	19.920	19.780
Despesas		
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 17)	346	-
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 19)	3.637	2.212

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	411	0,42%	522
Depósitos a prazo	6.515	1,19%	4.702
Operações de crédito	589	0,13%	710

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.879	2.535

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	371	283
Despesa de aluguéis	1.127	725
Despesa de comunicação	911	698
Despesa de manutenção e conservação	656	370
Despesa de material	302	176
Despesa processamento dados	399	278
Despesa de promoções e relações públicas	1.338	1.167
Despesa de propaganda e publicidade	66	91
Despesa de seguro	28	15
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.804	925
Despesa de serviços de terceiros	360	252
Despesa de serviços de vigilância e segurança	948	586
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.229	986
Despesa de serviços de transportes	582	550
Despesa de viagem	209	496
Despesa de depreciação e amortização	733	307
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1	-
Dispendios assistência técnica, social e educacional	433	467
Outras despesas administrativas	1.530	1.022
Total	13.027	9.394

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	943	281
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	19.856	19.751
Reversão de provisões operacionais	3.167	962
Outras rendas operacionais	2.274	2.471
Total	26.240	23.465

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	823	803
Contribuições Cooperativistas	131	148
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	302	101
Contribuição Confederação Sicredi	1.581	6
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	1.337	2.071
Encargos da administração financeira	105	11
Repasse administradora de Cartões	120	-
Outras despesas de Cartões	559	1.164
Outras provisões operacionais	560	69
Outras despesas operacionais	1.345	2.667
Total	6.863	7.040

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	1.567	2.347
Total	1.567	2.347

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 21 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 22 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	170.532	164.470
Nível I (NI)	170.532	164.470
Capital principal - CP	170.532	164.470
Capital social	130.731	134.787
Reservas de capital	23.547	13.958
Lucros acumulados	18.554	17.513
Ajustes Prudenciais	(2.301)	(1.788)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	530.612	445.887
Margem de Capital (i)	106.858	110.964
Índice de Basileia (PR / RWA)	32,14%	36,89%
Situação de Imobilização (Imob)	8.131	1.119
Índice de Imobilização (Imob / PR)	4,77%	0,68%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ricardo Gonçalves Tavares
Diretor Executivo
CPF: 404.143.534-04

Maurício da Silva Ferraz
Diretor de Operações
CPF: 061.252.984-34

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20